

XVIII ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO – EBJUT

CARTA DE SÃO LUÍS (2019)

O Encontro de Bibliotecários da Justiça do Trabalho (EBJUT) é realizado com intuito de propiciar o aperfeiçoamento técnico dos participantes, incentivar a troca de experiências, fomentar o incremento e a melhoria dos serviços oferecidos pelas bibliotecas, disseminar as melhores práticas, traçar diretrizes para o futuro das Bibliotecas da Justiça do Trabalho, dentre outras considerações.

No ano de 2019, o XVIII EBJUT ocorreu na cidade de São Luís, no período de 4 a 6 de setembro, no Auditório da Escola Judicial do TRT da 16ª Região, ocasião em que o Tribunal comemorou os 30 anos de instalação.

Reuniram-se, além dos bibliotecários abaixo elencados, outros profissionais convidados de instituições jurídicas e governamentais, representantes de entidades e empresas e dois estudantes do Curso de Biblioteconomia da UFMA.

Adriana Cristina Bósio Pires – TRT 2
Almerinda de Souza - TRT 5
Anastácia Freitas de Oliveira – TRT 10
Bruno Taunay Gripp Mota – TRT 3
Carla Teresinha Flores Torres – TRT 4
Denise Gomes Pereira de Melo – TRT 13
Elisete Maria da Cunha – TRT 12
Emmannuela Freitas de Caldas – TRT 15
Lúcia Otero de Carvalho – TRT 1
Márcia Lúcia Neves Pimenta – TRT 3
Maria Creuza de Sales – TRT 22
Maria do Socorro Seabra Gonçalves Feio – TRT 8
Mary Rose Viana Machado – TRT 16
Raimunda Nonata Araújo Teixeira – TRT 16
Sofia Ana Veloso de Azevedo – TRT 6
Alúcia Neves Pimenta – TRT 3
Mary Roslmerinda de Souza – TRT 5

Dada as emergentes mudanças de paradigmas da categoria profissional, foram apresentadas temáticas para que os bibliotecários se preparem e enfrentem esses novos tempos, de modo que a biblioteca seja um local de relevância para os seus usuários. É preciso conhecer as tendências para se redefinir as estratégias de trabalho. As temáticas transversais também fazem repensar as nossas funções e a responsabilidade dos bibliotecários no futuro, nos instigando a transformar as bibliotecas em legítimos espaços de conhecimento e aprendizagem.

Os temas abordados ao longo do XVIII EBJUT foram os abaixo relacionados:

1) Palestra: Portal da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal. Por: Lucina Araújo Gomes de Sousa – Coordenadora de Biblioteca e Pesquisa do Ministério Público Federal -PGR.

2) Apresentação do SIABI versão 2019 e integração com repositório digitais por Wellington Rodrigues da Silva da W.J Informática.

3) Palestra: A evolução dos serviços dos Serviços de Descoberta para as unidades de informação: tendências atuais em bibliotecas digitais. Por Everson Nascimento – EBSCO.

4) Apresentação Lei Geral de Proteção de dados: aspectos na segurança de dados na segurança da informação. Por: Stanley Araújo de Sousa – Analista Judiciário, Chefe da Seção de Segurança da Informação do TRT 16ª Região.

5) Apresentação: Aprendizagem da máquina aplicada a indexação automática de documentos digitais. Por Dalton Lopes Martins – Professor do Departamento de Biblioteconomia – UnB.

6) Palestra: Leitura em meios digitais. Por Cassia Furtado - Professora do Departamento de Biblioteconomia – UFMA.

7) Palestra: Design Thinking: a abordagem que foca no ser humano para solucionar os problemas e enfrentar os desafios. Por Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues - Psicólogo do Tribunal de Justiça do Maranhão.

8) Apresentação: A tecnologia aplicada à pesquisa jurídica: benefícios e desafios na era do Big Data. Por Leonardo Oliveira – Gestor de Conteúdos da VLEX.

9) Apresentação: JURIS PLENUM: as possibilidades de um website jurídico. Por Gutemberg Silva Braga.

10) Palestra: Utilização do intercâmbio entre bibliotecas

TRT's x TST: a cooperação em rede que dinamiza o atendimento aos Serviços de Informação. Por Dr^a Angelina Moreira de Sousa Costa - Juíza do trabalho da 3^a Vara do Trabalho de São Luís e Coordenadora do TRT na Escola/TJC.

11) Palestra: Catalogação descritiva com o uso do RDA: uso e implicações nos sistemas de gerenciamento de bibliotecas. Por Valdirene Pereira da Conceição – Professora do departamento de Biblioteconomia da UFMA.

No tocante à divulgação das Boas práticas, alguns Regionais se apresentaram quais sejam:

- a. Critérios de aquisição para base de dados na perspectiva das bibliotecas dos Tribunais Regionais de Trabalho. Anastácia Freitas de Oliveira – Analista Judiciário – Bibliotecária do TRT 10^a Região.
- b. TRT 22 no Salão do Livro do Piauí – SALIPI: um espaço de justiça, cidadania e cultura que ganhou visibilidade. Maria Creuza de Sales – Analista Judiciário – Bibliotecária TRT do 22^a Região. • A Biblioteca vai ao TRT 2. Adriana Cristina Bósio Pires – Analista Judiciário – Bibliotecária do TRT 2^a Região.
- c. Amostragem da pesquisa do perfil sócio-cultural das estagiárias da Biblioteca do TRT 16: visão de mundo, aspirações, aprendizado e interesse pela leitura na formação profissional. Por Mary Rose Viana Machado & Raimunda Nonata Araújo Teixeira – Bibliotecárias do TRT 16^a Região.

Em vista da reduzida participação de bibliotecários neste ano, ficou inviável dividir os grupos das Subcomissões de Gestão de acervo, de Padronização e de Desenvolvimento de sistema para discutir os assuntos recorrentes conforme as temáticas de responsabilidade de cada um, optando-se dessa vez para a reunião em um único grupo.

As discussões foram relatadas em plenária, votadas e consolidadas com vistas a servir de recomendação ou orientação, nesta Carta de intenções de São Luís, com o propósito de serem implementadas pelos Regionais. Desse modo, os participantes do XVIII EBJUT decidiram:

- 1) Propor a formalização da Rede de Bibliotecas da Justiça do Trabalho, que tenha um caráter horizontal de gestão, e que a coordenação seja alternada entre as bibliotecas dos regionais, com mandato de 2 anos cada;
- 2) Verificar as possibilidades de regulamentação legal implementação da Rede;
- 3) Cada biblioteca deve apresentar a proposta aos magistrados

de seu regional com o objetivo de conseguir o apoio para a construção e implantação da Rede;

4) Obter a documentação que regulamenta a criação e o funcionamento da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal, como parâmetro para a formalização da Rede das Bibliotecas da Justiça do Trabalho;

5) Determinar que cada representante leve para o seu Tribunal os valores dos custos da implantação da Rede de gestão horizontalizada e a quantidade de acessos que cada Tribunal teria proporcionalmente;

6) Criação da Comissão de Estudos de Viabilidade de implementação da Rede, responsável pela elaboração de documento de consulta ao CSJT sobre as possibilidades de implementação do projeto. A comissão será composta pelas Bibliotecas dos TRT'S: 1, 2, 3 e 10, incluindo titulares e suplentes. O prazo para entrega do documento pela Comissão será o dia 30 de novembro de 2019;

7) Verificar a possibilidade de realizar o processo de aquisição de forma conjunta, e fazer o levantamento dos custos para assinaturas de âmbito nacional;

8) Exigir das empresas transparência em relação ao número de acesso simultâneo dos serviços e produtos contratados, e a padronização das metodologias de produção de dados estatísticos de acesso;

9) Determinar os parâmetros contratuais, técnicos e de usabilidade a serem atendidos pelas empresas fornecedores de bases de dados;

10) Cada Biblioteca deve avaliar o atendimento desses critérios em relação aos serviços que estão sendo contratados;

11) Recomendar o uso de ranqueamento (pontuação) com bases nos critérios de avaliação das bases de dados, para priorização, na seleção, daquelas que melhor atendam às necessidades das Bibliotecas e seus usuários;

12) Cada biblioteca deve mensurar a diferença entre a quantidade de bibliotecários atuando em seus quadros e a quantidade desses profissionais necessária para o correto funcionamento e desenvolvimento da unidade de informação, para que sejam debatidas formas de garantir o preenchimento ou criação de vagas;

13) Cada biblioteca deve acompanhar a situação de cortes no orçamento que causam impactos nas bibliotecas, para que sejam debatidas estratégias para lidar com a situação;

14) As bibliotecas devem denunciar ao Conselho Federal de

Biblioteconomia os Tribunais que não possuem bibliotecários atuando em suas respectivas Bibliotecas;

15) Acompanhar os desenvolvimentos das teorias, metodologias e tecnologias relacionadas à representação descritiva baseada em FRBR.

FOI PROPOSTO ainda que:

- a) Que o EBJUT seja realizado com duração de 2 ou 3 dias de acordo com a sugestão do Tribunal que organizará o evento;
- b) Que os resultados dos debates e as decisões dos encontros sejam encaminhadas aos bibliotecários dos TRT's ausentes;
- c) Nenhum Tribunal se candidatou para sediar o próximo EBJUT, por isso ficou acordado que TRT's que não estiveram presentes serão consultados sobre o interesse em organizar o próximo evento;
- d) Cumpre relatar que tivemos a participação da Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 13ª Região, e professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Drª Leoneide Maria Brito Martins, que contribuiu com as discussões acima e corrobora com as formalizações apresentadas.
- e) Essas foram as discussões e as tratativas apresentados no XVIII EBJUT que fundamentam esta Carta de São Luís.

São Luís, 18 de outubro de 2019

Raimunda Nonata Araújo Teixeira
Mary Rose Viana Machado
Bibliotecárias do TRT 16